



Estado de Sergipe
Município de Indiaroba
Prefeitura Municipal de Indiaroba

Relatório Anual
do
Controle Interno

PREFEITURA MUNICIPAL DE
INDIAROA

CONTAS ANUAIS
2023



RELATÓRIO ANUAL DO CONTROLE INTERNO
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAROBA
01 DE JANEIRO – 31 DE DEZEMBRO DE 2023

I - INTRODUÇÃO

A peça técnica trata de análises observadas pela Secretaria Municipal de Controle Interno de Indiaroba sobre a execução orçamentária, financeira, patrimonial, realização de compras, movimentos de almoxarifado e demais aspectos do **Exercício Financeiro de 2023** da **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAROBA**. Essa análise técnica tem base no artigo 80 da Lei 4.320/64, no disposto no artigo 74 da CF/88 e na Resolução do Tribunal de Contas de Sergipe nº 206 de 1º de novembro de 2001.

II – ASPECTOS DO CICLO ORÇAMENTÁRIO

Gestora: Adinaldo do Nascimento Santos

Período: 01/01/2023 a 31/12/2023

CPF: 944.843.925-34

Planejamento Orçamentário:

- PPA – LEI 638 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2021.
VIGÊNCIA NOS EXERCÍCIO DE 2022 A 2025.
- LDO – LEI 654 DE 17 DE JUNHO DE 2022.
VIGÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2023.
- LOA – LEI 662 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2022.
VIGÊNCIA NO EXERCÍCIO DE 2023.

A Lei Orçamentária Anual estimou a receita e fixou a despesa em **R\$ 100.000.000,00 (cem milhões mil)**, distribuídos entre os poderes na seguinte forma, destacada a gestora em destaque:

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO POR PODER 2023	
UNIDADE GESTORA	PREVISÃO LOA
Prefeitura Municipal	79.212.190,00
Fundo Municipal de Saúde	14.073.800,00
Fundo Inc. Des. Social	3.914.010,00
Câmara Municipal	2.800.000,00
Total	100.000.000,00



O orçamento da **PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAROA** para o **Exercício de 2023** importou em 79.212.190,00 (*setenta e nove milhões, duzentos e doze mil, cento e noventa reais*). Contudo, o orçamento consolidado da unidade gestora iniciou e concluiu o exercício no modo que segue:

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO 2023		
UNIDADE GESTORA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA
PREFEITURA MUNICIPAL	79.212.190,00	73.373.135,14

Quadro Orçamentário distribuído por Poder

DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO POR PODER 2023	
UNIDADE GESTORA	PREVISÃO LOA
Prefeitura Municipal	79.212.190,00
Fundo Municipal de Saúde	14.073.800,00
Fundo Inc. Des. Social	3.914.010,00
Câmara Municipal	2.800.000,00
Total	100.000.000,00

As informações que seguem reproduzem a previsão de receitas e fixação de despesas para ano financeiro em análise nos termos da lei orçamentária anual 662/2022. Observe:

RESUMO PREVISÃO X FIXAÇÃO 2023	
Receitas Correntes	104.890.666,76
Receitas de Capital	3.905.423,24
Dedução do FUNDEB	-8.796.090,00
CONSOLIDAÇÃO	100.000.000,00
Despesas Correntes	82.238.577,33
Despesas de Capital	17.760.422,67
Reservas	1.000,00
CONSOLIDAÇÃO	100.000.000,00

III – ACOMPANHAMENTO DA META DE RECEITAS ANUAL

A controladoria realiza o acompanhamento trimestral das receitas. Observe o quadro da receita consolidada prevista na Lei Orçamentária do **Exercício 2023**.



Durante o exercício a controladoria acompanhou a realização das receitas e suas projeções com a tendência do exercício. Observe

FONTES DE RECEITA	PREVISÃO ANUAL	ARRECADAÇÃO NO PERÍODO	ARRECADAÇÃO ACUMULADA	META A ATINGIR
RECEITA CORRENTE	104.890.666,76	24.673.544,34	90.385.179,18	- 14.505.487,58
Receita Tributária	1.507.000,00	1.436.912,38	7.081.333,67	5.574.333,67
Contribuições	696.700,00	149.830,34	641.697,59	- 55.002,41
Receita Patrimonial	811.035,76	30.358,13	230.222,02	- 580.813,74
Receita de Serviços	650.000,00	-	560,00	- 649.440,00
Transf. Correntes	100.723.731,00	23.046.825,58	82.321.420,68	- 18.402.310,32
Out. Rec. Correntes	502.200,00	9.617,91	109.945,22	- 392.254,78
RECEITA DE CAPITAL	3.905.423,24	169.733,40	1.182.195,11	- 2.723.228,13
Alienação de Bens	2.000,00	-	741.233,21	739.233,21
Transf. de Capital	3.903.423,24	169.733,40	440.961,90	- 3.462.461,34
DEDUÇÃO RECEITA	- 8.796.090,00	- 1.760.209,17	- 6.667.335,84	2.128.754,16
TOTAL	100.000.000,00	23.083.068,57	84.900.038,45	- 15.099.961,55

ACOMPANHAMENTO PERIÓDICO DA CONTROLADORIA

2.023	%	PROJETADO	REALIZADO		PLANEJADO x DEFICIT	
			NO TRIMESTRE	NO ANO	ACUMULADO	%
1º TRIMESTRE	25%	25.000.000,00	18.336.247,63	18.336.247,63	-6.663.752,37	-26,66%
2º TRIMESTRE	50%	50.000.000,00	20.974.543,12	39.310.790,75	-10.689.209,25	-21,38%
3º TRIMESTRE	75%	75.000.000,00	22.503.074,32	61.816.969,88	-13.183.030,12	-17,58%
4º TRIMESTRE	100%	100.000.000,00	23.083.068,57	84.900.038,45	-15.099.961,55	-15,10%

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Após análise da realização da receita consolidada, foi apurado um excesso de arrecadação dentro do exercício.

EXERCÍCIO	RECEITA PROJETADA	RECEITA REALIZADA	NÃO ATINGIDO
			-15,10%
2023	100.000.000,00	84.900.038,45	- 15.099.961,55

IV – ASPECTOS DO CICLO ORÇAMENTÁRIO



Sobre o comprometimento das despesas registradas até essa fase do exercício, observe-se o saldo acumulado entre empenhos, liquidações e pagamentos:

ANO	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO	EXCESSO DE RECEITA	SUPERAVIT	DOTAÇÃO ATUAL	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO
2023	100.000.000,00	0,00	0,00	355.000,00	100.000.000,00	100.287.643,53	100.206.087,03	99.207.462,24
TOTAL	100.000.000,00	0,00	0,00	355.000,00	100.355.000,00	100.287.643,53	100.206.087,03	99.207.462,24

V – DOS BENEFÍCIOS E DOAÇÕES CONCEDIDAS

Os auxílios financeiros da Assistência Social são ofertados de acordo com a Lei Municipal 506, de 27 de Maio de 2014, que regulamenta esse tipo de despesa, exigindo critérios, visita em loco da Assistente Social e seu respectivo Laudo Técnico, **procedimentos que são cumpridos com regularidade.**

Nas despesas com distribuição gratuita estão englobados os medicamentos do programa assistencial em saúde que são disponibilizados à população através da farmácia básica do município na Clínica de Saúde da Família Nossa Senhora da Conceição.

DADOS 2023					
ITEM	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	ACUMULADO
AUXÍLIOS FINANCEIROS ASSISTENCIAIS	81.262,95	52.995,41	55.534,00	39.511,45	229.303,81
MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	97.347,35	133.836,71	155.776,82	119.780,36	506.741,24
ACUMULADO	178.610,30	186.832,12	211.310,82	159.291,81	736.045,05

VI – DESPESA COM DIÁRIAS

Diante dos dados contábeis oficiais, encontramos uma despesa contábil liquidada consolidada no ano em análise de **R\$ 436.660,00 (quatrocentos e trinta e seis mil e seiscentos e sessenta reais)**. O extrato que segue apresenta separação por poder executivo e legislativo, trimestres e a consolidação. Observe.



DESPESAS COM DIÁRIAS 2023			
PERÍODO	EXECUTIVO	LEGISLATIVO	TOTAL
1º TRIMESTRE	35.100,00	24.000,00	59.100,00
2º TRIMESTRE	61.820,00	67.200,00	129.020,00
3º TRIMESTRE	55.340,00	64.000,00	119.340,00
4º TRIMESTRE	65.600,00	63.600,00	129.200,00
TOTAL	217.860,00	218.800,00	436.660,00
RECEITA 2023		84.900.038,45	
IMPACTO DA RECEITA		0,51432%	

Os gestores foram informados da necessidade de cumprir a **Resolução 297/2016 do TCE/SE**, inclusive para comprovar documentalmente a ocorrência da despesa com:

- Relatórios pertinentes a cada conteúdo de viagem.
- Certificados de Participação em Eventos.
- Declaração de Comparecimento.

Foram citadas também as possíveis penalidades e responsabilizações *em caso de descumprimento ou falta das comprovações acima destacadas*.

VII - DESPESAS COM COMBUSTÍVEL

Os dados contábeis com as liquidações de combustível de forma consolidada no **Exercício de 2023** apontaram os valores do extrato abaixo.

DESPESAS COM COMBUSTÍVEIS NO EXERCÍCIO 2023	
1º TRIMESTRE	960.722,51
2º TRIMESTRE	533.585,32
3º TRIMESTRE	927.371,27
4º TRIMESTRE	311.828,30
TOTAL 2023	2.733.507,40
RECEITA 2023	84.900.038,45
IMPACTO NA RECEITA 2023	3,22%

No Exercício em análise houve despesa registrada no importe de **R\$ 2.733.507,40 (dois milhões, setecentos e trinta e três mil, quinhentos e sete reais e quarenta centavos)**.

Esta controladoria emitiu recomendação com modelo de **mapa de controle veicular**, bem como **modelo de planilha de abastecimento** para mensurar o consumo da frota, identificar os



veículos que precisam de um melhor gerenciamento auxiliando, inclusive, a tomada de decisões pelos gestores.

VIII - ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO

O almoxarifado das unidades gestoras é controlado por sistemas informatizados, apresentando vínculo direto com os registros contábeis de liquidações. A metodologia para os registros patrimoniais também é feita de modo informatizado através de ferramenta integrada com a contabilidade.

Esta controladoria informou aos gestores, bem como ao Secretário de Administração (denominado como secretário Geral) que é necessário nomear uma comissão para avaliação do acervo patrimonial de bens físicos moveis e imóveis.

IX - CRÉDITOS ADICIONAIS

Analisando o quadro de demonstrativo de despesa é possível observar de forma consolidada, que foram abertos créditos suplementares no montante de **72.020.968,78 (setenta e dois milhões vinte mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e oito centavos)**.

CRÉDITOS ADICIONAIS 2023		
Lei Orçamentária Anual 2023	100.000.000,00	
Limite de Suplementação – LOA	80%	80.000.000,00
SUPLEMENTAÇÃO ADICIONAL	0%	0,00
TOTAL DE SUPLEMENTAÇÃO	80%	80.000.000,00
REALIZADO EM 2023	72,02%	72.020.968,78
AUTORIZADO A REALIZAR	7.979.031,22	

No decorrer do exercício, a Controladoria precisou realizar alguns ajustes junto com a assessoria contábil para melhor adequar a realização desses créditos.

Diferente de outros anos, não foi necessário solicitar ao legislativo adição para realizar créditos adicional.

X - LIMITES E GESTÃO FISCAL

SUBSÍDIOS

Relativamente aos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, os valores por cargo estão deliberados de acordo



com o artigo 2º, inciso I, II e III da Lei nº 535 de 21 de Outubro de 2016. Para melhor visualização reproduzimos os valores constantes no dispositivo legal que vêm sendo pagos mensalmente:

Item	Valor Fixado	Valor Recebido
Prefeito	24.000,00	24.000,00
Vice-Prefeito	16.000,00	16.000,00
Secretários	7.596,57	6.500,00

REPASSE AO PODER LEGISLATIVO

É de obrigação do poder executivo repassar o duodécimo ao poder legislativo, de acordo com o dispositivo constitucional do artigo 29-A. Nesse sentido, foi repassado no trimestre o montante de **R\$ 2.735.637,57 (dois milhões setecentos e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos)** estando, portanto, dentro do limite estipulado pela legislação vigente.

DUODÉCIMO 2023	
1º TRIMESTRE	634.286,40
2º TRIMESTRE	683.911,35
3º TRIMESTRE	683.911,35
4º TRIMESTRE	733.528,47
TOTAL	2.735.637,57

APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

As informações de investimentos com MDE – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, com FUNDEB, aplicação mínima com ações na área de saúde serão explanadas a seguir os informes com o FUNDEB, MDE e ASPS - Aplicação em Serviços Públicos de Saúde referentes ao **Exercício de 2023**.

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

MANUTENÇÃO E DESENV DO ENSINO - MDE	
RECEITA COM IMPOSTOS	42.616.351,41
RESÍDUO 2020 E 2021 EC 119	2.184.601,89
APLICAÇÃO MÍNIMA 25%	12.838.689,74
APLICAÇÃO REALIZADA	14.354.557,61
PERCENTUAL EXECUTADO	33,68%
VALOR ACIMA DO LIMITE MÍNIMO	1.515.867,87



AValiação dos Gastos com o FUNDEB

DESPESAS COM FUNDEB 70%	
RECEITA DO FUNDEB	26.486.993,53
MÍNIMO DE 70% DA RECEITA FUNDEB	18.540.895,47
VALOR APLICADO NA REMUN. DO MAGISTÉRIO	26.682.454,32
PERCENTUAL APLICADO	100,74%
VALOR INVESTIDO ALÉM DO LIMITE MÍNIMO	8.141.558,85

GASTOS COM A SAÚDE

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	
RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS	39.873.700,22
15% CONSTITUCIONAL DA RECEITA APURADA	5.981.055,03
LIQUIDAÇÃO APLICADA EM AÇÕES E SERV. DE SAÚDE	7.959.831,97
PERCENTUAL APLICADO	19,96%
VALOR INVESTIDO ALÉM DO LIMITE MÍNIMO	1.978.776,94

XI - DESPESA COM PESSOAL

Nos termos da unidade do orçamento público, a despesa com pessoal será exposta de modo consolidado. A unidade gestora, que por longos anos não vinha em desconformidade com os dispostos na lei de responsabilidade fiscal, apontou em seu 3º Relatório de Gestão Fiscal de 2022 o percentual 51,69%.

DESPESA COM PESSOAL ANUAL INDIAROBA					
Ano	Receita Corrente Líquida	Despesa Com Pessoal	Limite Máximo LRF 54%	Excesso da Despesa/Ano	Percentual do Período
2013	28.168.289,85	20.916.845,58	15.210.876,52	-5.705.969,06	74,26%
2014	31.680.495,92	22.755.768,73	17.107.467,80	-5.648.300,93	71,83%
2015	33.430.510,28	22.615.994,24	18.052.475,55	-4.563.518,69	67,65%
2016	38.818.459,87	30.758.828,18	20.961.968,33	-9.796.859,85	79,24%
2017	37.720.707,26	27.031.185,62	20.369.181,92	-6.662.003,70	71,66%
2018	43.579.867,30	29.082.784,33	23.533.128,34	-5.549.655,99	66,73%
2019	51.763.074,71	28.479.394,79	27.952.060,34	-527.334,45	55,02%
2020	56.210.580,56	33.819.624,06	30.353.713,50	-3.465.910,56	60,17%
2021	64.195.093,37	33.361.513,57	34.665.350,42	1.303.836,85	51,97%
2022	81.233.077,07	41.988.385,58	43.865.861,62	1.877.476,04	51,69%
2023	81.800.656,20	49.046.891,17	44.172.354,35	-4.874.536,82	59,96%



No decorrer da gestão sugerimos importantes ações como: **instalar ponto eletrônico digital, controle no ponto de trabalho, de horas extras, reavaliação nas insalubridades e periculosidades mediante laudo de profissional habilitado em obediência às normas regulamentadoras 15 e 16 do ministério do Trabalho e revisão para realizar a Contabilização integral dos Encargos Patronais conforme planilha desenvolvida e encaminhada para a contabilidade.**

Exemplo:

MAPA DE APURAÇÃO MENSAL DO INSS						
CENTRO DE CUSTO	INSS PATRONAL	INSS SEGURADO	SAL. FAMÍLIA	SAL. MATERNIDADE	REPASSE	CONTA
IDENTIFICAR	(+)	(+)	(-)	(-)	RESULTADO	FONTE A PAGAR
EXEMPLO PRÁTICO DE USO - INCLUIR TODOS OS CENTROS DE CUSTO						
CENTRO DE CUSTO	INSS PATRONAL	INSS SEGURADO	SAL. FAMÍLIA	SAL. MATERNIDADE	REPASSE	CONTA
CC 20	5.000,00	2.200,00	190,26	1.899,00	5.110,74	XXXXXXXXXX
CC 62	4.000,00	1.500,00	190,26	2.100,00	3.209,74	XXXXXXXXXX
CC 64	6.000,00	2.700,00	380,52	2.500,00	5.819,48	XXXXXXXXXX
Total igual à GFIP	15.000,00	6.400,00	761,04	6.499,00	14.139,96	-

Saliente-se que houve uma reunião com o setor de contabilidade para orientar sobre o registro dos encargos patronais dentro de seu prazo legal estando apto para pagamento até o dia 20 do mês subsequente ao da competência de origem. Registre-se que o objetivo desse trabalho é prezar pela manutenção do registro correto dos encargos, obedecendo-se a alíquota do imposto, custeando-o com sua fonte pagadora evitando que o recurso próprio seja debitado pela fonte pagadora.

CRESCIMENTO DA RCL VS DESPESA COM PESSOAL

Ano	Receita Corrente Líquida	Despesa Com Pessoal	Evolução RCL	Evolução Despesa com Pessoal
2013	28.168.289,85	20.916.845,58	-	-
2014	31.680.495,92	22.755.768,73	12,47%	8,79%
2015	33.430.510,28	22.615.994,24	5,52%	-0,61%
2016	38.818.459,87	30.758.828,18	16,12%	36,00%
2017	37.720.707,26	27.031.185,62	-2,83%	-12,12%
2018	43.579.867,30	29.082.784,33	15,53%	7,59%
2019	51.763.074,71	28.479.394,79	18,78%	-2,07%
2020	56.210.580,56	33.819.624,06	8,59%	18,75%
2021	64.195.093,37	33.361.513,57	14,20%	-1,35%
2022	81.233.077,07	41.988.385,58	26,54%	25,86%
2023	81.800.656,20	49.046.891,17	0,70%	16,81%

Observando o crescimento nas receitas de 2018 até 2022, foi previsto e planejado o exercício de 2023. Em 2022, o crescimento da receita ficou próxima da despesa com pessoal. Contudo, em 2023 a previsão de crescimento não foi concretizada.



XII – RESTOS A PAGAR

A partir dos registros encontrados foi feito levantamento no volume dos restos a pagar consolidados para demonstração e gerenciamento de cada gestor. Foi destacada a importância de analisar esses informes e traçar uma estratégia para sua quitação e/ou regularização de acordo com cada caso. Vejamos as informações que seguem no extrato:

RESTOS A PAGAR 31/12/2023				
ANO	PREFEITURA	SAÚDE	ASSISTÊNCIA	TOTAL
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	141.203,96	19.434,81	8.123,74	168.762,51
2020	24.264,45	15.594,65	15.155,11	55.014,21
2021	37.278,07	18.853,11	8.683,87	64.815,05
2022	388.433,05	73.006,33	57.925,65	519.365,03
TOTAL	591.179,53	126.888,90	89.888,37	807.956,80

Foi informado acerca do disposto do artigo 1º, §1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, inclusive no que reza o princípio orçamentário do **equilíbrio entre as despesas e as receitas**, destacando a necessidade de seu cumprimento.

Foi sugerida também uma avaliação de cada registro, através de uma comissão criada por portaria designando os agentes a as competências para esse fim. Verificar a veracidade da despesa ou em caso de inconformidade, proceder o cancelamento.

XIII - DO REPASSE DAS RECEITAS RETIDAS

Foi orientado ao Gestor e ao Secretário de Finanças que deve ser feito um controle rigoroso nas receitas extras, pois estas não pertencem ao município e devem ser repassadas ao seu proprietário final, para se evitar problemas com **apropriação indébita de consignações, pensão de alimentos, contribuições sociais e patronais** dentre outras.

XIV – CONCILIAÇÕES

Registro que foram encontradas conciliações bancárias na análise dos dados da base contábil. A controladoria esta acompanhando junto aos responsáveis no sentido de tomar as providências para regularização. Valor alocado R\$ 3.874.491,11 (três milhões oitocentos e setenta e quatro mil quatrocentos e noventa e um reais e onze centavos).



XV – SIAFIC

A Controladoria desenvolveu treinamentos com a equipe, através de palestrantes, reuniões internas e prática com o público alvo operacional do movimento financeiro e orçamentário. Nas reuniões de gestão foram abordados temas de SIAFIC, sua importância, necessidade e conscientização. A unidade gestora tem concluído e publicado seus lançamentos no formato D+1.

Na execução do ciclo orçamentário, houve algumas situações de dificuldade com documentos para contabilização em tempo hábil, como por exemplo, o acesso ao gerenciador eletrônico para conseguir os extratos. **Quando consultado, a orientação desta controladoria no sentido que fosse aberto chamado junto à instituição financeira para registro do fato e, caso necessário, posterior comprovação junto a órgão fiscalizador.**

Outro fato ocorrido é que o sagres acusou num relatório de pendências impeditivas para geração de movimento, alguns empenhos lançados em competências anteriores, com movimentações de liquidações e pagamentos diversos. Um dos casos aconteceu com um dos empenhos de Janeiro, que apenas em novembro apresentou o conflito.

Na ocasião, não houve outra opção se não realizar os ajustes exigidos para continuidade das atividades de execução do ciclo.

XVI - CONCLUSÃO

Restou das análises de auditoria executadas nos papéis de trabalho relativos à execução financeira, orçamentária e patrimonial produzidos pela Contabilidade e disponibilizados a esta Controladoria, referentes ao período de **Exercício de 2023**, a conclusão de operações e procedimentos técnico-administrativos deste órgão uma parcial conformidade com os princípios da contabilidade pública, normas técnicas de procedimentos contábeis regulados pela Lei 4.320/64, Lei de Responsabilidade Fiscal, e a Lei 8.666/93, de Licitações e Contratos públicos, observando-se as recomendações aqui descritas.

Durante o Exercício a Controladoria desenvolveu atividades educativas junto aos servidores da gestão, visando seu aprimoramento. O funcionamento do SIAFIC exigiu adoção de medidas e ações sob esse ângulo.

Houve no exercício realização de audiência pública, reuniões de trabalho para discussão e construção das peças de planejamento com participação ativa da controladoria.



Acerca do Controle Patrimonial, foi recomendado que houvesse atualização dos bens, indicando o estado de conservação, tombamento e dados cadastral de acordo com sua localização, observado registro do item XV, bem como do item XI.

Indiaroba (Se), 28 de fevereiro de 2024.

Paulo Gomes de Carvalho Júnior
Secretário Municipal de Controle Interno
Decreto 10/2021